

GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CONTEXTOS BRASILEIRO E MEXICANO

Ellis Regina dos Santos Godoy
PPGE/UFES
ellisregina.santos@hotmail.com

Eixo 1: Do direito à educação: políticas de acesso, permanência e qualidade social
Comunicação oral

Resumo: Este estudo teve por objetivo analisar aspectos das práticas de gestão escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência matriculados em escolas comuns nos municípios de Xalapa/MÉX e Vitória/BR. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diretores escolares de cada instituição e observação em contexto. A pesquisa envolveu uma escola mexicana e outra brasileira. A coleta de dados nas duas realidades foi realizada em 2017, sendo que, em território mexicano ocorreu durante uma missão de estudos internacionais. A metodologia utilizada baseia-se no estudo comparado internacional, nesse contexto, recorreu-se à análise à discussão do papel do diretor escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência nessas duas realidades. Como aporte teórico, os conceitos de Norbert Elias (1994; 2006) auxiliam a pensar em sociedade e indivíduo como seres indissociáveis. Nessa concepção, o trabalho do diretor perpassa as relações sociais e as múltiplas figurações da qual ele faz parte. Como resultados da pesquisa, destaca-se a necessidade de superar a fragmentação das tarefas no cotidiano escolar, a qual considera a figura do diretor de forma hierarquizada e separada do contexto pedagógico de sua atuação. Além disso, trata-se também de repensar os processos de formação dos docentes para atuar com os alunos público-alvo da Educação Especial, de maneira a fomentar práticas inclusivas nesse contexto, sugerindo a participação de todos nesse processo.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Educação Especial; Inclusão escolar.

Introdução

Ao considerarmos o processo educativo das últimas décadas, temos observado uma crescente preocupação em atender às necessidades educativas das pessoas com deficiência, tendo em vista o crescimento do número de matrícula desses estudantes no ensino comum (SOBRINHO; ZIVIANI; CORRÊA, 2016). Aliada a esse fato, a disseminação de pensamentos e práticas inclusivas também tem avançado de maneira considerável em razão do crescente reconhecimento dos direitos sociais desses estudantes nos últimos anos, em

grande parte por meio das políticas vigentes no campo da Educação Especial (LAPLANE, 2014).

Com o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino comum, apresentam-se diferentes questões referentes à permanência, ao ensino e à aprendizagem desses sujeitos no contexto escolar, uma das quais diz respeito ao trabalho do diretor escolar nesse processo. Como a gestão escolar vem se configurando nos diferentes espaços educativos, tendo em vista a garantia do acesso e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial¹ na escola de ensino comum?

Considerando a literatura que versa sobre as práticas de gestão escolar (LUCK, 2012; LIBÂNEO, 2013; PARO, 2010; SILVA, 2007), neste estudo nos dedicamos à discussão sobre o trabalho e à constituição profissional daqueles que se empenham na organização administrativa e pedagógica da/na escola de ensino comum no cenário social que anuncia a inclusão escolar.

Nesse sentido, vale a pena considerar que os termos “gestão” e “administração” vêm do latim *gerere e administrare*: *gerere* significa governar, conduzir, dirigir; *administrare* traduz um sentido mais específico: “gerir um bem, defendendo os interesses daquele que o possui” (SILVA, 2007).

Também é importante não perder de vista que a administração é uma prática primitiva, desenvolvida pelas sociedades antigas, e que, cada vez mais, foi sendo aprimorada em decorrência do crescente nível de complexidade de nossas sociedades.

Diante dos termos que se referem ao trabalho do diretor escolar, encontramos na literatura os termos “gestão”, “administração” e “direção”. Sobre esses termos, vale ressaltar que podem possuir conotações diferentes. Para Libâneo (2013), a “gestão” é o processo pelo qual são postas em prática ações na busca de objetivos de organização. Assim, a gestão se constitui sinônimo de “administração”. Já o termo “direção” “[...] é um princípio e atributo da gestão,

¹ Utilizamos, ao longo do texto, o termo “público-alvo da Educação Especial” referindo-nos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na realidade brasileira.

mediante o qual é canalizado o trabalho conjunto das pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos” (LIBÂNEO, 2013, p. 88).

Silva (2007, p. 23) define a administração geral como “[...] a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” e, ao mencionar sobre a prática de administração escolar, ressalta que embora ela englobe em seu bojo princípios da administração geral, possui também peculiaridades que compõem a natureza educativa.

Ao considerarmos esses termos, faz-se necessário atentarmos para a natureza do trabalho do diretor escolar, discutindo as concepções sobre a gestão que tem sido difundida ao longo do tempo, e, mais especificamente, sobre as ações dos diretores escolares no processo de inclusão que se concretizam no espaço escolar. A respeito disso, assumindo a relevância do tema de gestão escolar nos processos inclusivos, o objetivo geral deste estudo foi analisar aspectos das práticas de gestão escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência matriculados em escolas comuns nos municípios de Xalapa/MÉX e Vitória/BR. Este estudo se configura como parte da dissertação de mestrado intitulada “Gestão escolar e os processos de inclusão na escola comum: um estudo comparado internacional” finalizada em Agosto de 2018 pela orientação do Professor Dr. Reginaldo Célio Sobrinho.

Como objetivos específicos buscamos:

- Identificar as ações dos diretores escolares no apoio ao trabalho realizado com os estudantes público-alvo da Educação Especial em escolas no município de Xalapa-MEX e de Vitória-BR;
- Analisar aspectos das práticas de gestão escolar considerando as peculiaridades do trabalho dos diretores nos contextos brasileiro e mexicano.

Contribuições de Norbert Elias

Utilizamos-nos dos conceitos trazidos por Norbert Elias para balizar nossas análises que se referem aos processos de gestão e inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na escola comum.

O cerne da discussão trazida Norbert Elias gira em torno da relação “sociedade” e “indivíduo”. Esses termos, segundo o autor, não podem ser considerados como “[...] entidades ontologicamente diferentes” (ELIAS, 1994, p. 7).

Na perspectiva do autor, é impossível separar o indivíduo da sociedade, pois esta se constitui e é constituída simultaneamente por meio das relações. Apoiados nessa noção, acreditamos que a escola também se configura como um espaço de relações sociais.

Embasado no pensamento de indivíduo e sociedade de forma interligada, Elias aponta a intensa ligação existente entre o “nós” e o “eu”, de modo que

[...] cada pessoa só é capaz de dizer “eu” se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer “nós”. Até mesmo a ideia “eu sou”, e mais ainda a ideia “eu penso”, pressupõe a existência de outras pessoas e um convívio com elas – em suma, um grupo, uma sociedade (ELIAS, 1994, p. 57).

Nessa perspectiva, não existe um ser humano que contenha características unicamente próprias, separado das relações sociais e das demais pessoas, pois até mesmo o simples ato de falar provém de uma língua já estabelecida. Assim, todas as “[...] ações individuais brotam de processos sociais já em andamento” (ELIAS, 2006, p. 31).

Nesse contexto, a sociedade é definida por Elias (1994) como uma rede de funções que várias pessoas juntas desempenham nas suas inter-relações. Para Elias, a sociedade, portanto, somos todos nós, porém existem diferenças entre a sociedade encontrada no Brasil, por exemplo, e a encontrada na Europa do século XVII. Diferentes sociedades em diferentes tempos constituem diferentes modos de pensar e agir. Apesar dessas diferenças, existe algo em comum: somos indivíduos e nos relacionamos uns com os outros formando uma longa rede de interdependências.

Essa relação de interdependência faz com que indivíduo e sociedade sejam concebidos de maneira indissociável, de acordo com o autor. Na tentativa de explicitar tal compreensão, Elias (1994) propõe uma analogia entre as notas musicais que compõem uma melodia e as pedras que compõem a estrutura de uma casa:

Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações *entre* as diferentes

notas. Dá-se algo semelhante com a casa. Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações *entre* as diferentes pedras com que ela é construída (Elias 1994, p. 25).

Metodologia

Considerando as pesquisas desenvolvidas no campo da Educação Especial que discutem a implementação de práticas inclusivas no ensino comum, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo comparado internacional de natureza qualitativa e teve por objetivo analisar aspectos do trabalho do diretor escolar que considere a perspectiva inclusiva de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados em escolas de ensino comum localizadas nos municípios de Vitória-BR e Xalapa-MEX.

No escopo de nossa abordagem qualitativa, esta pesquisa se configura como um estudo comparado internacional. Sobre esse tipo de estudo, Nóvoa; Catani (2000), Ferreira (2008); Carvalho (2014) defendem uma perspectiva investigativa que se utiliza de diferentes instrumentos e procedimentos metodológicos. Além disso, compara para conhecer e sistematiza reflexões sobre os possíveis vínculos entre os processos sociais vividos em diferentes realidades no presente e os processos sociais de longa duração histórica. Desse modo, rebatem os modelos hegemônicos de comparação, em sua maioria quantitativa e descritiva, e largamente utilizada pelos organismos internacionais, que estudam diferentes realidades, concluindo-as num perfil cultural ideal e fortalecendo elementos que legitimam uma política centralizadora e única.

Assim, firmados nas reflexões desenvolvidas por esses autores, tivemos como objetivo neste estudo compreender como os acontecimentos se relacionam às pessoas que os experimentam.

Acreditamos que o conhecimento desses processos pode ajudar-nos a compreender e a problematizar os diferentes aspectos das práticas dos indivíduos colocados em ação no jogo que anuncia a inclusão social.

Para Franco (2000, p. 198), o exercício de comparação é próprio do ser humano, e esse processo “[...] implica um confronto que vai além do mero conhecimento do outro. Implica a comparação de si próprio com aquilo que se vê no outro”.

Nesse sentido, essa perspectiva comparada nos permite enxergar as possíveis aproximações entre os indivíduos, e não constatações limitadas.

A comparação é um processo de perceber diferenças e as semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença (FRANCO, 2000, p. 200).

A partir desse pensamento, não pretendemos estabelecer modelos de educação, ao compararmos as ações dos diretores nesses diferentes contextos, mas buscar contribuições que nos auxiliem a discutir e problematizar as diferentes experiências vividas em cada realidade.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a observação em contexto e entrevistas semiestruturadas com os diretores de cada instituição. No México, a coleta se deu em uma missão de estudos internacionais realizada em 2017, no município de Xalapa, capital do estado de Veracruz-MEX. Essa missão de estudos internacionais constituiu parte da pesquisa intitulada *“Educação Especial, políticas e contextos: análise de configurações, de indicadores e de tendências em diferentes cenários”*² que objetivou fundamentalmente compreender aspectos do processo histórico, social e político da Educação Especial em diferentes realidades internacionais.

O município estrangeiro em tela foi escolhido devido a um acordo de cooperação técnica³ entre a Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade Veracruzana (Xalapa), firmado desde 2014, quando se iniciou a pesquisa da qual fizemos parte: *“Políticas de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no ensino comum: um estudo comparado de sistemas educativos brasileiros e mexicanos”*.

A seguir apresentamos os dados de nossa pesquisa iniciando pelo município de Xalapa/MÉX.

² Pesquisa coordenada pela Profª Denise Meyrelles de Jesus.

³ O acordo de cooperação técnica é um instrumento formal entre entidades públicas para realizar um compromisso de cooperação/parceria entre si, buscando interesses equivalentes.

Gestão escolar e inclusão de alunos com *discapacidad*⁴ no município de Xalapa/Méx

No tocante às políticas de Educação Especial implementadas, destacamos que a administração estadual oferta três tipos de serviços especializados no apoio às pessoas com *discapacidad*. Existem os Centros de Atenção Múltipla (CAM), que são os serviços escolarizados; as Unidades de Serviços de Apoio à Escola Regular (Usaer), que são serviços de apoio especializado; as Unidades de Orientação ao Público (UOP) e os Centros de Informação e Recursos para a Integração Educativa (Crie), que são serviços de orientação.

O CAM são escolas especializadas estatais que atendem os alunos com deficiência múltipla, severa ou com transtornos globais do desenvolvimento. O aluno atendido por essa instituição pode vir a frequentar a escola comum, desde que os profissionais que o acompanham tomem essa decisão. Para isso, é feito um planejamento objetivando que a escola onde ele deverá frequentar tenha profissionais e estrutura capazes de dar continuidade ao desenvolvimento do estudante.

As Usaers são serviços de apoio especializado que atuam nas escolas de ensino comum. É uma equipe formada por professores especialistas em Educação Especial, psicólogos e assistentes sociais. Esses profissionais fornecem orientação a toda a comunidade escolar, com o objetivo de promover o acesso e a permanência dos estudantes com *discapacidad* ao ensino comum.

O estado de Veracruz também oferece serviços de orientação ao público em geral por meio dos Cries e das UOPs. Esses serviços reúnem um grupo de profissionais de diversas áreas que prestam atendimentos tanto às escolas quanto a toda a sociedade civil e têm o objetivo de oferecer aconselhamento e formação aos profissionais da educação básica, às famílias e à comunidade acerca de estratégias de atendimento educacional, adaptação de materiais e recursos voltados para os alunos com *discapacidad*.

⁴ Na “Ley General Para La Inclusión de Las Personas Con Discapacidad”, publicada em 30 de maio de 2011, art. 2, inciso XXI, encontramos a definição da pessoa com *discapacidad* como: “Toda persona que por razón congénita o adquirida presenta una o más deficiencias de carácter físico, mental, intelectual o sensorial, ya sea permanente o temporal y que al interactuar con las barreras que le impone el entorno social, pueda impedir su inclusión plena y efectiva, en igualdad de condiciones con los demás”.

Considerando essas políticas de atendimento às pessoas com *discapacidad*, em nossa missão de estudos internacionais visitamos uma instituição de ensino que oferece educação primária e atende alunos dos 6 aos 12 anos de idade e conta com 324 alunos matriculados.

Essa escola funciona nos turnos matutino e vespertino. O turno matutino inicia às 8 horas e encerra às 12 horas e 30 minutos. O turno vespertino inicia às 14 horas e encerra às 18 horas e 30 minutos. Conforme destacado pelo diretor, a escola conta com matrícula de 24 alunos com alguma *discapacidad*. Vale destacar que as condições físicas do entorno dessa instituição são adequadas. Sendo uma escola plana, o acesso aos seus diferentes espaços é bastante favorecido.

Ao considerarmos nossa intencionalidade investigativa por meio de entrevistas, buscamos conhecer algumas questões relativas aos aspectos profissionais constitutivos do trabalho dos diretores dessa escola.

O diretor da escola de educação primária é licenciado em Educação Pré-escolar e também possui formação de técnico em Mecânica. Conforme experiências relatadas, tem quase 30 anos de serviço, 20 dos quais como diretor escolar. Sua carga horária diária como diretor é de seis horas⁵, no período matutino. Nos outros horários, atua como empresário.

Durante a entrevista, o diretor relatou sobre a razão que o motivou a atuar na gestão escolar: “[...] Eu gosto muito de ser diretor por ter que dirigir, direcionar, ter que organizar uma escola, para que os professores tenham o necessário, que as crianças tenham uma escola bonita onde chegar” (DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, MAIO DE 2017).

Considerando essa fala, o diretor ao destacar as contribuições de seu trabalho no processo de inclusão de alunos com *discapacidad* afirma que: “[...] temos passado por muitas coisas e temos aprendido que sim, se pode (...) e sim, é necessário a inclusão” (DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, MAIO DE 2017).

⁵ É importante destacar que no México existe um diretor para cada turno escolar.

Sobre o apoio dos profissionais do Usaer no processo de inclusão de alunos com *discapacidad* o diretor aponta ser de suma importância. Na observação em contexto notamos a relevância desses profissionais no cotidiano escolar:

[...] o trabalho escolar busca desenvolver os conteúdos que ainda não puderam ser compreendidos pelos alunos com deficiência. O profissional do Usaer acompanha o aluno em sala de aula e, em alguns momentos, o atendimento é de maneira individualizada em outros locais da escola; porém, quando finalizado o atendimento, o aluno retorna à sala de aula comum e realiza as mesmas atividades que os demais (DIÁRIO DE CAMPO, ESCOLA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, MAIO DE 2017).

A importância dada aos profissionais especialistas do Usaer esbarra na lacuna existente na formação dos demais docentes da escola. O diretor relatou que uma formação acadêmica voltada para a área da Educação Especial ainda se constitui como desafio.

Praticamente o docente não tem uma formação pedagógica relacionada com trabalho com alunos deste tipo, que eu recorde em nossa escola não havíamos tido, não haviam ingressado alunos com capacidades diferentes, e agora em nossa instituição temos que buscar instâncias como o Usaer, para que nos apoie em como tratar, como trabalhar com esses alunos, basicamente é a formação docente. O profissional docente não tem nenhum curso relacionado à Educação Especial (DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, MAIO DE 2017).

Utilizando esse pensamento, é possível inferir que existem conhecimentos próprios da área da Educação Especial que devem subsidiar a atuação docente. Kautsky (2016) destaca a necessidade de uma articulação entre formação inicial e continuada, para que os docentes tenham acesso aos recursos e práticas necessárias à inclusão e qualifiquem o trabalho com os alunos com *discapacidad*. Desse ponto de vista, para que se garanta a apropriação do conhecimento por parte de todos os alunos envolvidos no contexto escolar, é necessária a busca de práticas pedagógicas diferenciadas, mas que, ao invés de segmentarem o atendimento ao especialista, envolvam todos os estudantes.

Gestão escolar e o processo de inclusão no município de Vitória/Br

Neste item, apresentamos os dados coletados no município de Vitória-ES, quando buscamos conhecer aspectos do trabalho do diretor escolar focalizando suas ações no que diz respeito ao processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no ensino comum.

Na realidade brasileira, a escola em que realizamos a pesquisa se situa em uma zona periférica da capital do Espírito Santo. A EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) “Flamingos”⁶ conta com 867 alunos matriculados nos turnos matutino (do 2.º ao 5.º ano), vespertino (do 6.º ao 9.º ano) e noturno (EJA). Desse total, 12 alunos têm diagnóstico de deficiência. O turno em que realizamos a pesquisa foi o matutino.

O diretor da EMEF “Flamingos” relatou que possui formação inicial em Geografia, pós-graduação em Planejamento Educacional e mestrado em Educação. Ao todo conta com 29 anos de experiência em educação. Nesse tempo, além de atuar como professor e coordenador, sempre teve uma participação ativa na comunidade e no município, transitando por cargos políticos. Dentre esses, conta que foi secretário de Educação, administrador regional do bairro em que reside, subsecretário do Trabalho, secretário de Coordenação Política e chefe de gabinete da Casa Civil.

Sobre a razão pelo qual ingressou no cargo de diretor, ele conta que “[...] foi um chamamento da comunidade escolar” (DIRETOR DA ESCOLA FLAMINGOS, Setembro 2017).

Sobre a carga horária de trabalho do diretor, constatamos que soma um total de 50 horas semanais. Diferentemente da escola Primária no México em que o diretor atua 6 horas diárias nessa função, no caso do município brasileiro o diretor exerce 10 horas diárias.

Em nosso diário de campo, registramos detalhes do cotidiano deste profissional: “[...] *O dia começa com os alunos em fila no pátio, cantando uma música que é escolhida pelos alunos. Após o momento de entrada, o diretor passa em todas as salas de aula cumprimentando os alunos e professores*” (Diário de campo, Escola Flamingos, Setembro 2017).

⁶ Nome fictício para preservar a imagem dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Sobre o trabalho com os estudantes público-alvo da Educação Especial observamos:

Os alunos público-alvo da Educação Especial participam das salas de aula comum. Existem 2 professoras de Educação Especial no turno matutino, uma atua apenas com 2 alunas que possuem baixa visão, numa turma de 3.º ano no turno matutino. A outra professora especialista se reveza nos atendimentos às turmas que contam com alunos com deficiência intelectual, além de atender os alunos do contraturno em horários previamente demarcados, na sala de recursos multifuncionais. O turno vespertino conta com outra professora especialista, que também faz atendimentos aos alunos em sala de aula e aos alunos do contraturno na sala de recursos (Diário de Campo, Escola Flamingos, Setembro 2017).

Sobre as percepções do diretor em torno do processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, ele aponta a necessidade de uma formação voltada para a área da Educação Especial, a fim de que todos os professores se conscientizem como responsáveis pelo trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial:

A gente precisa que as academias façam esse trabalho de conscientização, de qualificação... que esteja no currículo de formação dos professores as diversas necessidades que as crianças têm, porque é muito difícil, né... é muito difícil você sensibilizar um professor do ensino regular de uma disciplina que ele tem que trabalhar com a criança com necessidades especiais, muito difícil. É um desafio muito grande, mas é um desafio que precisa ser vencido (Diretor da EMEF Flamingos, Setembro 2017).

O diretor da Escola “Flamingos” ainda acrescenta: “[...] *nem todo professor está qualificado pra trabalhar com esse público*”. A formação de docentes para atuar com alunos público-alvo da Educação Especial vem sendo muito debatida nos últimos anos e continua sendo um dos desafios que se colocam quando se fala em educação inclusiva.

Conclusões

Considerando esses apontamentos sobre o processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas realidades observadas, a seguir destacamos algumas percepções.

Para Libâneo (2013), ao assumir a perspectiva *democrático-participativa*, declara ser necessário romper com a dicotomia posta na gestão escolar entre administrativo e pedagógico, pois considera que

[...] gerir uma escola deixa de ser algo apenas ligado a questões administrativas e burocráticas. Se o conjunto da escola é tanto quanto a sala de aula, espaço de aprendizagens, pode-se deduzir que formas de funcionamento, normas, procedimentos administrativos, valores e outras tantas práticas que ocorrem no âmbito da organização escolar, exercem efeitos diretos na aprendizagem de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes de alunos e professores (LIBÂNEO, 2013, p. 25).

Observamos que, não diferente de outras realidades latino-americanas, no Brasil e no México, a função de diretor escolar está relacionada a uma trajetória formativa que, do ponto de vista acadêmico, supõe a conclusão de um curso de graduação na área da educação e, em muitas situações, seguida de outros cursos de pós-graduação também na área educacional.

Outra questão diz respeito à noção de diretor como mero controlador do espaço da escola. Essa noção, que se baseia na fragmentação das tarefas, provém da tendência de enxergarmos “sociedade” e “indivíduo” como seres dissociados. A partir dessa ideia, a segmentação dos papéis ganha foco no contexto escolar e coloca os indivíduos como meros componentes técnicos treinados para uma função específica. Dessa visão individualista geram-se formas individualistas de ação, tanto na gestão escolar quanto nas práticas com os alunos com deficiência e *discapacidad*. Sobre isso, Paro (2010) aponta que é preciso que busquemos formas de enxergar a gestão escolar que ultrapassem essa perspectiva que se concentra apenas nas tarefas individuais.

Sobre a formação docente, observamos ser uma questão bastante citada nos contextos pesquisados quando se fala em desafios no processo de inclusão de alunos com deficiência e *discapacidad*. A respeito disso, faz-se necessário repensar os conceitos de formação no contexto escolar, considerando a perspectiva omnilateral e politécnica descrita por Libâneo (2013), em que os profissionais desenvolvem suas capacidades subjetivas em conjunto.

Aliados a essa questão, quando os diretores, nas duas realidades, ressaltam a importância do profissional especialista nas entrevistas e conforme os relatos de diário de campo, observamos, ainda que implícita, a noção clínica de deficiência que se limita às características individuais dos alunos com deficiência e *discapacidad*. Apoiados em Norbert Elias, assumimos que essa noção não se destaca em apenas uma das realidades, pois perpassa um longo percurso de tempo pelo qual as noções de deficiência foram sendo estabelecidas pela/na sociedade.

Consideramos então a necessidade de superar o trabalho do diretor escolar como atividade técnica da administração escolar, assumindo um olhar amplo de formação e sujeito, entendendo que a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial é uma construção coletiva.

Referências

CARVALHO, E. J. G. de. **Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico-metodológicos**. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 36, n. 1. p. 129-141, jan./jun. 2014.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Escritos & Ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

FERREIRA, A. G. **O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008. p. 124-138.

FRANCO, M. C. **Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 72, Agosto/2000.

KAUTSKY, G. L. **A Formação Continuada de Professores do Ensino Comum no Campo da Educação Especial**. Espírito Santo. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola**. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, maio-ago. 2014 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em: 01-07-2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**; 6ª edição, São Paulo, Heccus Editora (2013).

NÓVOA, Antônio; CATANI, Denice B. **Estudos comparados sobre a escola: Portugal e Brasil (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro. Texto aprovado para ser apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação, novembro de 2000. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/028_antonio_denice.pdf
>. Acesso em: 4 jun. 2016

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, n. 3, v. 36, São Paulo, set./dez. 2010. p. 763-778.

SILVA, J. B. D. **Um olhar histórico sobre a gestão escolar**. Educação em Revista, n. 1, v. 8, Marília, 2007. p. 21-34.

SOBRINHO, Reginaldo C; ZIVIANI, Mariza Carvalho N; CORRÊA; Mônica Isabel C. C. **Espaços e serviços de apoio á escolarização de estudantes com deficiência – desafios e perspectivas**. In: Educação Especial: Políticas e Formação de Professores. Sonia Lopes Victor, Ivone Martins de Oliveira, orgs. Marília: ABPEE, 2016.